

UMA JORNADA ESPACIAL E INSURGENTE: AS DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS DAS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013 NO BRASIL

Autores: GUSTAVO SOUZA SANTOS, MARIA DAS GRAÇAS CAMPOLINA CUNHA

Introdução

Em 17 de junho de 2013, manifestações sistêmicas se instalaram em 12 capitais do país. Milhares de pessoas ocuparam as vias brasileiras em protesto, com vocalizações polissêmicas, unidas por um sentido de insurgência e um uníssono de clamor popular. Qualquer classificação ou rotulação apressada parecia terminantemente inadequada para dirimir a sintaxe e a tônica de seu delineamento.

Factualmente, atos desencadeados no território nacional. Mas o significado ou rumo de qualquer cenário evocado pelos eventos daquela segunda-feira não podiam ser contidos nos acontecimentos rotineiros de um décimo primeiro dia útil. As manchetes anunciavam que um contingente representativo do país tomou as ruas, está em protesto e demanda efeitos.

A mobilização que chegou às ruas, em sua eclosão, teve o maior número de envolvidos em um ato do tipo em 21 anos. Uma envergadura similar foi acompanhada em 1992 com o movimento dos caras-pintadas pelo impeachment do presidente Fernando Collor de Melo. Atos subsequentes a esse capítulo da história nacional não possuíram o mesmo ímpeto ou expressão experimentada ao fim do primeiro semestre de 2013.

Embora 17 de junho tenha sido o evento símbolo dos acontecimentos que marcaram os protestos subsequentes e sua conjuntura, atos anteriores ocorridos entre 7 e 12 do mesmo mês constituíram a corporificação inicial do movimento. O alastramento pelas capitais e sua difusão posterior foi precedido de estopins nas vias paulistanas, o que constituiu o epicentro das manifestações.

São Paulo foi portadora do germe dos protestos capitaneados pelo Movimento Passe Livre (MPL), movimento social brasileiro que se organiza em torno de temáticas ligadas ao transporte urbano e a tarifa zero. A bandeira inequívoca dos atos iniciais se articulava em torno da demanda pela eliminação dos custos do transporte coletivo, endereçando-se à autoridade governamental. O princípio era de longa data e familiar às narrativas urbanas e políticas de São Paulo, todavia se tornou um signo ainda maior de contravenção.

O aumento de R\$ 0,20 à tarifa de ônibus no âmbito do transporte público paulistano soou uma involução às discussões do MPL e de entusiastas do transporte coletivo face a uma proposta de ausência de tarifas. As moedas pouco significavam em um sentido estrito, porém sua não negociação ocasionou um litígio popular em relação ao estado, tocando feridas antigas como a representatividade, destino das verbas públicas e uma gestão pensada no bem social.

Material e métodos

A. Caracterização do estudo

Trata-se de um estudo de natureza qualitativa e descritiva, tendo sido desenvolvido um estudo de caso das manifestações sociais que compuseram as Jornadas de Junho de 2013 no Brasil. O aporte documental ficou a cargo do conteúdo noticioso de jornais impressos.

B. Procedimento

A pesquisa se apoiou na análise documental do conteúdo noticioso dos três jornais de maior circulação (Folha de S. Paulo, O Globo e Estadão) no período (2012/2013), conforme auditoria do Instituto Verificador da Comunicação (IVC). As notícias foram selecionados conforme o período de vigência das manifestações (16 a 31 de junho de 2013), catalogados e selecionados para discussão.

C. Análise de dados

Os dados foram analisados sob a técnica de análise de conteúdo.

Resultados e discussão

Mais de 1 milhão vai às ruas no país (Estadão, 21 de jul. 2013, p. 1).
Milhares vão às ruas “contra tudo” (Folha, 18 jun. 2013, p. 1).

“Contra tudo”. A bandeira da redução da tarifa de transporte público que fora o estandarte primário do movimento, se tornou uma função parabólica para uma agenda mais ampla, vilipendiada pelos veículos de mídia, mas sobretudo atomizada no cotidiano, do qual com propriedade se pode sentir e versar. E se o contexto é partilhado, os sentimentos são aderentes e uma aglutinação de sentidos é possível.

“Não é por R\$ 0,20”, gritavam as vozes dos manifestantes e também as letras garrafais de cartazes e faixas. “É por direitos!”, completavam. E que direitos? O transporte público toca uma dimensão vital dos grandes centros urbanos, a mobilidade. O que está explícito em termos de planejamento urbano e gestão pública, está implícito em laços sanguíneos de uma população com sua urbe: a liberdade de ir e vir, de habitar, de apropriar-se do espaço e nele tecer suas experiências.

O objeto do MPL era unívoco. As conversas sobre transporte público e sua taxa já estavam estabelecidas. As decisões de aumento por parte da administração da cidade e do estado aqueceram as pautas e originaram atos organizados pelo movimento. No corpus de levante do MPL contra o aumento de tarifa anunciado, novas injeções de insurgência foram aplicadas sobre a malha social.

Por objetos, o conjunto de serviços, fatores e indicadores essenciais para a vida social radicadas no espaço social e urbano como os serviços públicos de saúde e educação, a economia, a reforma política e até a recepção de megaeventos - e a crítica à gentrificação e limpeza social de que promoveriam. Por ensejo, a transformação, a transfiguração e a ressignificação do espaço e do que nele se opera. Por teor, a expressão sociopolítica, capaz de incidir sobre a realidade, de clamar atenção e investir forças sobre determinados objetos.

O movimento se diz “apartidário, e não antipartidário” (Folha, 24 jun. 2013, p. C1).

Outra característica dos protestos foi o repúdio a partidos políticos (Estadão, 21 jun. 2013, p. 16).

Sem a predominância de bandeiras de partidos políticos, sindicatos ou entidades estudantis (O Globo, 18 jun. 2013, p. 3).

A cobertura jornalística frequentemente caracterizou os atos como seus integrantes pelo pulso sociopolítico, pela alta politização que leva às ruas e dá acústica para as vozes e demandas. Todavia, o fragor político contrastava com a definição de apartidarismo, de repúdio à partidos políticos e rechaçamento de bandeiras consideradas oportunistas para um momento que crescia em termos de unidade de sentimento.

É comum taxar os atos e participantes como neutrais ao cenário político indissociável às pautas levantadas, já que perpassavam pelas estruturas de governança e pelos projetos políticos atrelados à molas de governabilidade. Entretanto, neutro não é um adjetivo apropriado para o teor dos protestos carregados de alvos bem delimitados, endereçados e tipificados.

Protestos atraem sobre si um leque de representações comumente caracterizados pela desordem, pela instabilidade e pelo desequilíbrio. A democracia contemporânea, berçada na ágora grega, somada ao apelo de um ideal de ordem social enxergam na mudança do desenho básico de sua estrutura e fluxo, uma ameaça em vários níveis. Ameaça à segurança e à civildade, ameaça ao patrimônio e ao fluxo comercial transacional, ameaça aos ideais figurativos de uma urbe moderna, ameaça, sobretudo, às estruturas de poder.

Sob o selo de potencial ameaça, manifestações de qualquer natureza facilmente se inscrevem a diversos formatos de representações, nutrindo o imaginário popular. Opinião pública, tratamento da autoridade política e repercussão midiática foram uma estrutura sob a qual fatos e eventos passam a ser lidos e construídos, muitas vezes para além de sua real representação e narrativa. A publicidade mediada de acontecimentos é marcada por esse esquema, onde a narrativa pode ser ajustada sob a ótica de um produtor, interessado ou transmissor (THOMPSON, 2004).

A representação inicial - e a mais frequente - dos protestos era marcada pela narrativa do descrédito,

aditivada pela maximização da depredação. O realce da desordem e dos prejuízos causados pelas ações dão volume às descrições e narrativas, conseqüentemente resultando em pouco ou nenhum foco sobre a pauta erguida para estabelecer contrapontos dialéticos.

A insurgência que se inscreve no espaço é um processo de agitação dos próprios elementos formadores da realidade espacial. Espaço é singularidade e unidade na medida em que negocia e agencia as potências e a diversidade que é própria de seu uso e experiência. Todavia, espaço é sinal de contradição enquanto move forças e ativa dinamismos que o fazem se constituir espaço cada vez mais, que o potencializam, que o modelam.

A espacialização é em si mesma uma condição que cria e recria a movimentação nos recônditos espaciais, isto é, trata-se de um processo produtor de espaços de luta, nos quais o próprio conteúdo socioespacial das lutas contribui em seu processo de criação, eclosão e desenvolvimento (SANTOS, 2011). O espaço é, portanto, simultaneamente via, conteúdo e experiência de insurgência.

Movimentos como as jornadas de junho se desencadeiam como fatos especiais nas quais experiências de luta são (re)criadas a partir do espaço em que se localizam e fluem. Afinal, o espaço constitui e é constituído das experiências sociais que o elaboram e que por ele são reelaboradas pelo contingente diversificado de experiências que abarcam (SANTOS, 2011). Os movimentos como indumentária de luta têm no espaço uma tessitura de significações, como as de insurgência.

O espaço tem uma natureza de insurgência na medida em que sua própria semântica e essência remetem a uma disputa construtiva de forças que o compõem seus contrários e os cenários imbricados sob suas formas, funções, estruturas e processos. Neste prospecto, os próprios elementos fixos compreendem atividades que modificam os espaços e alteram as condições sociais, redefinindo o próprio espaço, nos quais os fluxos introjetam significados e movimentos de transformação e reformulação contínua (SANTOS, 2002).

Considerações finais

Junho de 2013 nasceu como um movimento delimitado pelo debate e luta em torno da mobilidade urbana e se espalhou pelas ruas como um diapasão de diversas outras demandas do cabide social, econômico e político do Brasil. Nestas jornadas, o espaço - das ruas, dos espaços públicos, da cidade - foi interlocutor e corporificação dos sentidos ali despertados.

Quando se grita “vem pra rua” e a coletividade se põe a levantar nos espaços urbanos, fixos e fluxos (os interrompidos momentaneamente porque testemunham e os instaurados ali porque desencadeiam) se tornam molas e estruturas de insurgência. A ocupação dos espaços não se estabeleceram como receptáculo, mas se constituíram como espaço em movimento.

Quando cartazes são empunhados e a coletividade marcha em protesto, a forma e a função dos elementos espaciais se tornam indumentária de luta. Assim como as estruturas nas quais se apoiam as condições sociais de que se faz protesto e àquelas de que partem o protesto são postas em evidência como o substrato das vocalizações. E nesse contexto, os processos que se arrolam às estruturas são ao mesmo tempo contravenção e combustível das ações.

Quando os espaços públicos são ocupados, sejam ruas, praças ou unidades administrativas, são interpelados os ícones mais cristalinos do objeto de anelo das demandas dos protestos. Nisto, os objetos incorporados pelas estruturas da cidade, pelos mecanismos sociais e outros dispositivos - como as tecnologias, a serem vistas posteriormente - se investem de ações que designam as relações sociais que se tonificam diante de objetivos mais ou menos comuns pela via insurgente.

Movimentos sociais, atos e protestos aglutinam em si pulsões socializantes e politizantes que definem sua dinâmica. Todavia, essa aglutinação compreende também a imanência da realidade espacial que é tráfego e testemunha, construção e construtor, objeto e ação, fixos e fluxos.

O retorno às ruas como ação sociopolítica é um ato sempre novo. As aparências e a cobertura pública podem apresentar fragmentos narrativos que por um instante podem denotar significados e representações que pareçam datas ou frias. Contudo, não se pode negar à movimentação social sua incursão geográfica que não se limita à pontualidade da localização, mas se tornam em jornadas socioespaciais.

Referências bibliográficas

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SANTOS, R. E. N. **Movimentos sociais e Geografia: sobre a(s) espacialidade(s) da ação social**. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.